

CULTURA, GESTÃO E FÉ: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS COMO CENTROS CULTURAIS

Giovanni M. Pirelli¹, Suzie Bianchi²

RESUMO

Neste artigo, apresentamos algumas reflexões extraídas da pesquisa realizada em 2020 sobre a atuação das igrejas evangélicas brasileiras como centros culturais. A partir do estudo de suas programações e da observação do impacto na vida cultural de suas comunidades, são colocadas em evidência algumas soluções estratégicas de gestão da cultura praticadas no contexto evangélico que podem contribuir para o fortalecimento do campo cultural secular.

Palavras-chave: Centros Culturais. Igrejas Evangélicas. Mediação Cultural. Gestão Comunitária. Autogestão.

ABSTRACT

In this article we present some reflections drawn from the research carried out in 2020 on the role of Brazilian evangelical churches as cultural centers. From the study of their programs and the observation of their impact on the cultural life of their communities, we try to highlight some strategic solutions for cultural management practiced in the evangelical context that can contribute to the strengthening of the cultural field as a whole.

Keywords: Cultural Centers. Evangelical Church. Cultural Mediation. Community Management. Self-Management.

1 Giovanni Pirelli (Milão, 1989) é gestor cultural e produtor, cofundador e diretor executivo do centro cultural Marieta, em São Paulo. E-mail: giovanni@projetomarieta.com.br.

2 Suzie Bianchi, coreógrafa e bailarina, é gestora cultural e diretora da Cia Circodança Suzie Bianchi, em São Paulo. Email: suzie@circodanca.com.br.

INTRODUÇÃO

Andar com fé eu vou, que a fé não costuma falhar

Gilberto Gil

A presença evangélica no cenário cultural brasileiro contemporâneo tem conquistado espaço e visibilidade. Suas produções culturais, principalmente nos circuitos musical, editorial e audiovisual, movimentam investimentos expressivos e conquistam, ano após ano, um público cada vez mais numeroso, tornando o mercado gospel um dos segmentos mais ativos em meio a um ambiente cultural em crise. Naturalmente, em tempos recentes, as produções artísticas e culturais de matriz evangélica têm sido objeto de estudo frequente, tendo como foco a evolução histórica do movimento, suas características estéticas e seu impacto econômico, social e político. Por outro lado, pouca ênfase foi até agora atribuída à ação de seus equipamentos físicos, as igrejas locais, na formação cultural de seus membros, atuando a todos os efeitos como centros culturais de referência para suas comunidades.

Segundo dados da Receita Federal, entre 2010 e 2017, foram abertos no Brasil 67.951 novos templos evangélicos, disseminados por todo o território nacional. Basta circular pelo país para notar que a grande maioria das igrejas se encontra nas periferias urbanas e nos interiores rurais, em regiões de grande vulnerabilidade social, muitas vezes representando os únicos espaços de lazer seguros para essas comunidades. Se considerarmos cada uma dessas igrejas como um pequeno equipamento cultural, estaremos olhando para o circuito cultural mais denso, mais inclusivo, e com a maior penetração social e territorial do Brasil. O objetivo desta pesquisa é abrir o caminho para uma reflexão em torno da atuação dessas igrejas como centros culturais, observando suas programações e modelos de gestão e o impacto que estes equipamentos têm na vida cultural de suas comunidades.

Ao longo do trabalho, enquanto refletíamos sobre a operação cultural das igrejas evangélicas, sempre tivemos no horizonte, como gestoras de espaços culturais “do mundo”, o nosso próprio campo de ação, que atravessa hoje um período de profundas e difíceis transformações. O desmonte de políticas públicas e o aparelhamento político das autarquias culturais, promovidos pelos governos Temer (2016–2018) e Bolsonaro (2019–), agravados pela crise econômica e social que se apresentou em consequência da pandemia de Covid-19, escancararam as fragilidades históricas do sistema cultural brasileiro, construído de maneira desarmônica, deficiente de

planejamento, muito centrado em uma visão assistencialista e paternalista. Muitos olham para o futuro próximo do mundo cultural brasileiro com desesperança, pressagiando o colapso total do sistema. Nesse sentido, debruçar-nos sobre o movimento auto-organizado evangélico pode servir de inspiração para a formulação de novas práticas para toda a comunidade cultural. Afinal, a expansão inexorável da presença evangélica, contra todas as adversidades em um contexto brasileiro de hegemonia católica que parecia inabalável, demonstra que os equilíbrios de poder na sociedade podem ser deslocados, até mesmo subvertidos.

BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS IGREJAS EVANGÉLICAS NO BRASIL

Os membros de igrejas evangélicas — termo generalizante com o qual são identificadas as inúmeras organizações religiosas de matriz protestante — representam hoje mais de 35% da população brasileira. Entre os censos de 2000 e 2010, anos de prosperidade e melhoria da qualidade de vida para grande parcela da população, o número de brasileiros declaradamente evangélicos aumentou em 61%. Seu crescimento numérico foi acompanhado por um fortalecimento de sua presença no cenário político, concluindo as eleições de 2018 com 82 parlamentares manifestamente militantes: a célebre “bancada evangélica”. Como tem sido observado, o sucesso desse trabalho evangelizador é consequência de uma estratégia de longo prazo, que soube acompanhar, e em certa medida influenciar, as transformações sociais no Brasil ao longo de mais de um século.

As raízes desse fenômeno se encontram na Reforma Protestante iniciada na Europa do século XVI por Martinho Lutero, que exigia uma transformação radical na relação entre cristãos e Igreja Romana, na qual denunciava a devassidão e os abusos. Suas reivindicações incluíam o abandono do latim como língua exclusiva de acesso aos textos sacros, para facilitar o encontro da população pobre e não instruída com as Escrituras. A grande importância atribuída à leitura direta da Bíblia se manifesta na missão alfabetizadora do movimento evangélico desde as suas origens, fato que levou o protestantismo a se aproximar às massas rurais e oprimidas. As denominações que seguem, ainda hoje, os mandamentos da Reforma são chamadas de “históricas”, a saber Luteranos, Batistas, Metodistas, Presbiterianos, Anglicanos e Calvinistas. Seus missionários, após a difusão protestante no mundo anglo-saxão e norte-europeu, chegaram ao Brasil, de navio, em meados do século XIX.

As igrejas pentecostais, que representam hoje 60% do movimento evangélico no Brasil, têm sua fundação mítica em 1906 na rua Azusa, periferia

negra e pobre de Los Angeles, nos Estados Unidos, e surgem de um desvio teológico do protestantismo histórico. A partir do sincretismo com práticas religiosas afrodescendentes — como a crença na incorporação de entidades divinas, ou a grande importância atribuída à expressão musical e corporal durante os cultos e rituais — o pentecostalismo se destacou como um movimento popular de enorme importância, entre outras coisas, para o fortalecimento das comunidades afro-americanas na luta pela igualdade racial nos Estados Unidos. Na primeira década do século XX, o pentecostalismo chegou ao Brasil, no Pará e em São Paulo, novamente através de missionários estrangeiros. Em meados de 1950, surgiu a primeira igreja pentecostal fundada por brasileiros, a ainda forte Deus é Amor.

Observadores do fenômeno evangélico reconhecem a importância das raízes populares na sua evolução posterior. Segundo o intelectual Mike Davis, “a especificidade do pentecostalismo é tal que é a primeira grande religião mundial a ter crescido quase inteiramente no solo da favela urbana moderna (...) cresceu e tornou-se, comprovadamente, o maior movimento auto-organizado dos pobres urbanos do planeta” (DAVIS, 2006, p. 217).

O movimento pentecostal ganhou força a partir da década de 1980, com a crise do sistema ideológico socialista e a vitória do capitalismo globalizado no mundo secular. Nesse período, alguns pastores passaram a adotar os ditames — e os modelos de gestão — da Teologia da Prosperidade, que promete “as bênçãos de Deus na forma de prosperidade material (...) aos fiéis que se empenham nas práticas de devoção aliadas às ofertas em dinheiro às igrejas” (CUNHA, 2007, p. 25). Costumamos chamar as igrejas que seguem esses preceitos de neopentecostais — a “terceira onda” do movimento evangélico no Brasil.

A partir de segunda década dos anos 2000, uma confluência de fatores externos favoreceu um grande processo de transformação interno ao mundo evangélico, que vive hoje um duplo tensionamento. De um lado, houve um recrudescimento de aspectos conservadores na postura pública por uma parcela dos crentes evangélicos, cada vez mais engajada na disputa ideológica da “moral brasileira”. Com a adesão à Teologia da Prosperidade — e consequentemente aos valores do capitalismo neoliberal — e o sucesso da estratégia midiática e política das denominações neopentecostais, esse elemento reacionário muitas vezes é aliado, propositalmente, a um rejuvenescimento da estética e da “identidade visual” de certas denominações, muito hábeis na apropriação de linguagens e ferramentas comunicativas contemporâneas. De outro lado, e como reação a esse fenômeno, certas igrejas históricas e pentecostais passaram, e estão passando, por um movimento de abertura e de renovação doutrinária, em um esforço de contraposição ao avanço conservador.

Para encerrar esta breve panorâmica do movimento evangélico, é importante salientar que uma inédita leva de jovens está agora assumindo cargos ativos na gestão das igrejas. São homens e mulheres que cresceram em famílias de baixa escolaridade e que puderam ter acesso ao ensino superior, muitas vezes graças ao incentivo de suas comunidades religiosas — e, claro, aos programas de inclusão social nas universidades, promovidos pelo governo brasileiro em meados dos anos 2000. Ronildo Queiroz³, pastor-presidente da Igreja Pentecostal da Bíblia, com quem conversamos por ocasião desta pesquisa, destaca a importância da participação das gerações Y e Z na vida pastoral e diz que “foi cobrada uma renovação da denominação” em um processo de apropriação dos espaços da igreja por parte de suas comunidades. O mesmo processo é relatado por outro entrevistado, Juninho Machado, jovem liderança pastoral na Igreja Presbiteriana Independente de Sorocaba, ativo também como ator, palhaço e dramaturgo para companhias cristãs de teatro⁴. Machado, nascido em Sorocaba em 1993, cresceu dentro do mundo evangélico e testemunha ter assistido à “transição da igreja se desenvolvendo artisticamente”. Durante a escola bíblica de férias, quando eram adolescentes nos primeiros anos 2000, Juninho e seu grupo de amigos montaram “uma tenda enorme no salão da igreja” e organizaram espontaneamente oficinas de circo para os jovens e as crianças que frequentavam a igreja durante o dia, enquanto as famílias trabalhavam: “Foi um escândalo na Igreja, que se dividiu entre quem apoiou a iniciativa e quem não aprovou nem um pouco”, conta Juninho. O resultado dessa pequena revolução foi a vitória do processo de renovação promovido por Juninho e seus colegas, que passaram a oferecer oficinas gratuitas para membros de outras igrejas em Sorocaba. “A gente se apresentava em quase todas as igrejas de Sorocaba, todo final de semana tinha espetáculo. Nessa época a gente cansou de dar oficina nas igrejas, e eu acho que teve um *boom* de desenvolvimento técnico em circo e palhaçaria em Sorocaba.” O fato de a juventude se apropriar voluntariamente dos espaços da igreja para brincar, experimentar e descobrir o mundo, apresentando suas próprias atividades e demandas, revela mais uma vez o papel que esses lugares desempenham na vida cultural dessas pessoas, propiciando a expressão individual e coletiva.

3 Entrevista virtual realizada em 31 de março 2020 com Ronildo Queiroz (São Paulo, 1974), psicólogo e pastor-presidente da Igreja Cristã Pentecostal da Bíblia.

4 Entrevista realizada virtualmente em 23 de abril de 2020 com Juninho Machado (Sorocaba, 1993), palhaço, ator e dramaturgo, liderança pastoral da Igreja Presbiteriana Independente de Sorocaba.

CULTURA COMO FERRAMENTA AGLUTINADORA

Quando se olha para a impressionante expansão do fenômeno evangélico, muitas vezes são as promessas de salvação espiritual e de prosperidade material que se destacam como as principais razões da atratividade dessas instituições religiosas. Sem dúvida, o trabalho incansável de apoio social e de solidariedade comunitária, aliado à retórica salvacionista e materialista, têm operado como fatores decisivos na adesão popular às denominações evangélicas. Mas, como escreve o psicólogo Marco Aurelio Fernandes Gaspar, “nesses espaços o povo encontra respostas a demandas demasiadamente humanas, concretas, essenciais, como o desejo de fazer parte de grupos ou coletivos que nos acolham, de ter acesso a bens simbólicos, ao belo e ao lazer” (GASPAR, 2017, p. 94).

Lembremos que “comparados à média da população brasileira, os pentecostais congregam mais mulheres do que homens, mais crianças e adolescentes do que adultos, mais negros, pardos e indígenas do que brancos” (MARIANO, 1999, p. 71), ou seja as categorias demográficas historicamente mais excluídas do circuito cultural. Em territórios periféricos, a escassez de equipamentos culturais públicos e privados é o resultado da negligência da sociedade brasileira, fato que se soma à descontinuidade das políticas públicas culturais e, como analisa Gaspar, faz com que as igrejas sejam muitas vezes os únicos espaços onde os jovens de periferia podem encontrar programações culturais regulares.

É possível assim entender como as propostas culturais exercem um papel importante na aproximação de novos membros potenciais para as igrejas. Gaspar, em sua tese de doutorado pela Universidade de São Paulo, relata a experiência de uma pessoa conhecida, moradora de uma região periférica da cidade de São Paulo, que, ao explicar à irmã sua recente adesão a uma igreja evangélica, disse candidamente:

“que diabo eu vou ficar fazendo em casa no domingo? Aqui no bairro não tem um cinema, não tem um teatro, não tem nada pra fazer! Eu não aguento mais ver Faustão e Gugu na TV! O que é que eu vou fazer? Lá na igreja tem música, o pessoal canta, dança, descarrega mesmo. Eu encontro um monte de gente e, ainda por cima, tem alguém pra brincar com meu filho! Vou ficar em casa fazendo o quê?” (GASPAR, 2010, p. 56.)

Quando conversamos com Ronildo Queiroz, psicólogo e pastor-presidente da Igreja Cristã Pentecostal da Bíblia — que conta com 120 igrejas locais disseminadas por todo o território nacional —, ele ressaltou a importância da autonomia de cada unidade nas escolhas de sua programação,

adaptando a oferta em função das solicitações específicas de cada comunidade, o que leva a uma variedade surpreendente de atividades: “Tem igrejas que dão aula de jiu-jitsu, de caratê, aulas de música, reforço escolar, cursinho e muitas outras coisas. Tudo gratuitamente”. Sob a liderança de Ronildo, a IPB tem dedicado grande atenção à relação com a juventude, buscando conciliar o trabalho de evangelização com os interesses “do mundo” de seus membros mais jovens, através do programa “Geração Y”. Sessões de cinema, torneios de videogame e passeios coletivos são algumas das atividades promovidas por essa iniciativa, que é aberta a todas as pessoas interessadas, sejam ou não evangélicas. A oferta desses serviços, segundo Ronildo, tem o objetivo de consolidar a comunidade e de “aperfeiçoar o acolhimento de não religiosos”.

Fica claro, portanto, que a demanda das populações periféricas por espaços de lazer e de contato com as artes se constitui como uma oportunidade na atuação missionária das lideranças evangélicas, que se desdobram para oferecer às suas comunidades o que o Estado e a iniciativa secular não conseguem ou não querem lhes proporcionar.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL NAS IGREJAS LOCAIS EVANGÉLICAS

O panorama não é homogêneo em todo o universo evangélico, mas as entrevistas e as pesquisas que recolhemos indicam uma tendência que atravessa todas as denominações, grandes e pequenas: a oferta de programas culturais variados e abertos, usados como meio de aproximação de fiéis e não religiosos ao círculo de influência da igreja. A variedade de atividades lúdicas e culturais propostas pelas diversas denominações, dentro e fora do contexto religioso, reflete essa intenção.

Desde a Reforma do século XVI, vista a centralidade da leitura individual dos textos bíblicos na doutrina protestante, o serviço de alfabetização das massas é uma vocação da missão evangélica. Na Igreja Metodista, por exemplo, as escolas dominicais oferecem ainda hoje momentos de leitura coletiva e exercícios de escrita para crianças, jovens e adultos. Com brincadeiras e técnicas de educação dialógica, os voluntários da Igreja engajam os alunos na narração de histórias, proporcionando um momento de aprendizado livre, no qual as crianças — e os adultos — se sentem à vontade para brincar com as palavras e exercitar o hábito da leitura. Jane Padula⁵, que teve longa atuação no mundo secular como professora e

⁵ Entrevistas virtuais realizadas em 24 de março 2020 com Joel Naimayer Padula (1947), superintendente técnico social do Sesc-SP, e Jane Padula (1953), professora aposentada, ex-coordenadora pedagógica da rede pública de ensino.

coordenadora pedagógica para docentes alfabetizadores da rede pública, é voluntária na escola dominical da Igreja Metodista de Rudge Ramos, em São Paulo. Jane nos confirmou que

ler em voz alta sem ter cobrança, sem medo de avaliação, durante as escolas dominicais, faz com que consigam se soltar e se divertir aprendendo a ler. Coisa que a escola não está fazendo. [a escola pública] usa a leitura como avaliação, criando uma barreira. Mesma coisa vale para os adultos que não sabem ler e escrever. Para poder ler a Bíblia e os textos das canções [a pessoa] é incentivada a estudar e aprender.

Outra herança determinante da Reforma Protestante foi o afastamento de seus seguidores das artes visuais figurativas, que supostamente carregariam em si o pecado de idolatria. As limitações de meios expressivos impostas pela teologia protestante levaram os crentes evangélicos a uma relação íntima e exclusiva com a música, considerada desde o século XV a mais alta forma de louvar a Deus. Foram protestantes Johann Sebastian Bach (1685–1750), Georg Friedrich Händel (1685–1759), Sam Cooke (1931–1964) e Marvin Gaye (1939–1984), para citar apenas alguns dos grandes talentos musicais que começaram em suas igrejas. Ainda hoje, a música é a atividade cultural mais difundida no mundo evangélico, no qual se encontram também os números mais significativos em termos de investimentos e infraestrutura⁶. Instituições antigas e tradicionalistas, como a Igreja Metodista em Rudge Ramos, promovem grupos de coral para crianças, jovens e adultos, além de aulas de violão, teclado e flauta. Denominações pentecostais bem estruturadas e mais inovadoras, como a IPB do pastor Ronildo Queiroz, contratam músicos profissionais para formação em bateria, guitarra e baixo. Em igrejas menores, com recursos escassos, os ensaios e as aulas ficam a cargo de membros voluntários, que com suas capacidades individuais acompanham a formação das bandas de louvor. Para além do aspecto artístico, é interessante observar como as atividades de produção envolvidas nos eventos das igrejas levam muitos jovens a aprender o uso de equipamentos técnicos profissionais, como mesas de som e palcos de luz, além de acumularem preciosa experiência na gestão de equipes e em logística.

A vida cultural dentro e ao redor das igrejas se apresenta como um universo multifacetado, diretamente ligado às escolhas de suas comunidades.

⁶ Segundo dados de 2018 da Associação Brasileira de Empreendedores e Profissionais Evangélicos (Abreve), o segmento gospel representa 20% de toda a receita fonográfica brasileira.

Nas entrevistas virtuais realizadas para esta pesquisa, colhemos testemunhos de oficinas de artesanato, cursos de economia e contabilidade, projetos de alfabetização digital para pessoas idosas, grupos de teatro, entre um sem-número de outras atividades. A adesão à programação por parte dos fiéis e a amplitude da oferta cultural confirmam o pressuposto da atuação das igrejas evangélicas como centros culturais de referência para grande parte da população.

BREVE PANORAMA DOS MODELOS DE GESTÃO NAS IGREJAS

Com tudo o que vimos até agora, conseguimos passar a olhar para as igrejas como espaços físicos que se dedicam à promoção de iniciativas de cunho cultural e intelectual, em grande parte de maneira auto-organizada pela comunidade que os frequenta, ao mesmo tempo em que estão conscientemente inseridos em uma rede articulada de outros centros com características semelhantes. Espaços não muito diferentes daqueles que costumamos chamar de “centros culturais independentes”. A principal distinção entre igrejas e centros culturais “do mundo” é que as igrejas parecem ser abertas a cada esquina, enquanto a grande maioria dos centros culturais só não fecha por teimosia.

Em seu artigo “Fé pública”, para a revista *Pesquisa Fapesp*, Christina Queiroz explica que “para serem abertas, as igrejas evangélicas dependem apenas de registro em cartório” e que, consequentemente, “a facilidade de abrir novas unidades tem favorecido a presença de organizações pentecostais e neopentecostais nas periferias e nas fronteiras agrícolas do país” (QUEIROZ, 2019, p. 17). De fato, as igrejas são reconhecidas como Organizações Religiosas⁷, ou seja, pessoas jurídicas de direito privado inseridas na esfera das Organizações da Sociedade Civil. Portanto, para serem abertas, basta o registro em cartório da Ata de Constituição, do Estatuto Social, do Regimento Interno e do Ofício para Registro, devidamente reconhecidos por uma advogada ou advogado. Mas, a mesma agilidade burocrática prevista para a fundação de uma Organização Religiosa vale para as Associações Culturais⁸, o que não impede que as igrejas representem 25,4% do universo das OSCs do Brasil, enquanto as iniciativas culturais

7 A Lei Federal nº 10.825/03 determinou a criação da categoria “organização religiosa” como espécie de pessoa jurídica de direito privado específica, com o mesmo estatuto dos partidos políticos, separando de fato as igrejas das associações, como eram reconhecidas anteriormente (BRASIL, 2003).

8 Ambas regidas pela Lei Federal nº. 6.015/73, artigos 120 e 121, do Código Civil (BRASIL, 1973).

somente 9,7%.⁹ Como é evidente, não basta o registro em cartório para garantir o sucesso de uma organização, seja ela religiosa ou secular. Para justificar tamanha expansão é necessário olhar para os mecanismos e estratégias internas que permitem o bom funcionamento desse setor particularmente ativo e presente da sociedade brasileira¹⁰.

Ao contrário do que ocorre com associações e fundações culturais seculares, que têm seus organogramas executivos estabelecidos por lei, o Código Civil Brasileiro, atualizado em 2003, reconhece que “são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento” (BRASIL, 2003, Art. 44, § 1, grifo nosso). A possibilidade de auto-organização conferida pela lei às igrejas certamente lhes permite maior flexibilidade nas escolhas internas, o que faz com que as denominações adotem diferentes modelos de gestão, segundo suas estratégias particulares.

Grosso modo, podemos identificar três macromodelos de organização dentro do mundo evangélico, correspondentes aos modelos clássicos de governo eclesiástico:

- 1) o **episcopal**, estruturado verticalmente reúne todas as igrejas sob a influência direta de uma liderança centralizadora, como na Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo;
- 2) o modelo **congregacional**, no qual cada igreja é autônoma, inteiramente administrada pela própria comunidade;
- 3) o **presbiteriano**, em que as unidades locais gozam de certa autonomia, mas se articulam em rede entre si, com conselhos que deliberam sobre a vida de toda a congregação¹¹.

9 Ver a tabela 2 do capítulo 4 da pesquisa comissionada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (LOPEZ, 2018, pp. 38-39).

10 Justamente, estudos e depoimentos atentam para o grande número de igrejas com vida curta, que abrem e fecham rapidamente, sem aparente solução de continuidade. No entanto, o mesmo fenômeno pode ser observado em inúmeros empreendimentos de franquias capitalistas, o que não é índice da fragilidade do modelo econômico em si, mas mais provavelmente da capacidade e preparação dos próprios empreendedores.

11 Ricardo Mariano destaca que “expandem-se igualmente as igrejas em célula, formadas pela multiplicação de pequenos grupos de fiéis, que funcionam em suas residências. As células constituem recurso importante para converter e manter adeptos. Mas tem impacto zero na mídia e na política partidária, espaços e poderes públicos crescentemente ocupados pelas grandes denominações pentecostais, geridas verticalmente” (MARIANO, 1999, p. 72).

Como se pode imaginar, na prática essas formas de governo não são aplicadas de maneira ortodoxa pelas denominações, favorecendo a formação de modelos híbridos. As Igrejas Batistas, por exemplo, unem a prática congregacional na gestão de suas igrejas locais à estrutura presbiteriana para a organização da denominação como um todo. A Igreja Batista da Vila Mariana (IBVM) em São Paulo, por exemplo, funciona autonomamente, deliberando em assembleia geral sobre os fatos internos, ao mesmo tempo em que atua em rede com outras igrejas, estabelecendo sistemas de apoio mútuo, como destaca o membro Ricardo Bianchi em sua entrevista: “[a IBVM] tem duas igrejas-filhas, na Zona Leste [da cidade de São Paulo] e [no bairro de] Santo Amaro, que recebem apoio da igreja-mãe até terem independência financeira”. As igrejas mais jovens e precárias, localizadas em regiões periféricas, contam com o apoio da unidade mais estabelecida e forte, com 1.200 membros e situada em bairro nobre da capital. Vale ressaltar que o suporte fornecido pela igreja-mãe às filhas não se restringe apenas ao apoio financeiro e administrativo, ampliando-se para incluir momentos de trocas simbólicas¹² de bens culturais. Com o acompanhamento e a liderança da igreja-mãe, as denominações menores têm o tempo — e a segurança — para construir sua base comunitária, calibrar sua gestão e estruturar suas operações até declarar-se independentes.

A Igreja Pentecostal da Bíblia, liderada por Ronildo Queiroz, adota um sistema misto entre os modelos presbiteriano e episcopal. Por um lado, as igrejas locais mantêm autonomia na administração direta de seus recursos, através de conselhos locais eletivos, enquanto são amparadas pela estrutura superior da denominação, dividida em colegiados sob a tutela do Conselho Nacional. Por outro lado, a figura do pastor-presidente representa uma liderança centralizada de cunho episcopal, mesmo o cargo tendo caráter eletivo e tempo determinado. A relativa autonomia garantida às igrejas locais permite que se adaptem às solicitações específicas de cada comunidade, organizando suas agendas programáticas, as ações sociais e autorregulando o dia a dia de sua congregação, enquanto o enquadramento em uma superestrutura administrativa permite que as fragilidades gerenciais de cada unidade sejam sanadas pela força da denominação. Ronildo, em sua entrevista, detalha o funcionamento da distribuição dos recursos:

de tudo o que é recolhido pelas igrejas, 20% é repassado para a sede central, o resto fica para a [igreja] local, que paga os custos fixos, os serviços de distribuição de cestas básicas, as atividades lúdicas, os professores

12 Pensamos aqui em Bourdieu (2007) e sua teorização sobre bens simbólicos.

e profissionais técnicos. A sede central se empenha a manter aquelas igrejas que não conseguem se sustentar sozinhas, coordena os trabalhos dos conselhos regionais, promove campanhas em nível nacional e administra o patrimônio da denominação.

A eleição do pastor-presidente, que ocorre de cinco em cinco anos, permite que os membros escolham diretamente sua liderança, indicando assim o caminho para o futuro da denominação.

Apesar das diferenças nas estruturas de poder e nas cadeias decisórias, é possível observar alguns pontos em comum nas práticas de gestão evangélicas, especialmente no que toca à gestão de pessoas e às dinâmicas relacionais utilizadas para a manutenção e a ampliação de sua base de apoio, a comunidade.

Por serem essenciais para a sobrevivência das denominações, as estratégias de formação e de fortalecimento de laços comunitários são incorporadas ao próprio modelo de gestão, que adota em larga medida práticas coletivas e colaborativas na administração de suas unidades locais. A quase totalidade das igrejas divide suas atividades em “ministérios” setoriais, em geral coordenados voluntariamente por membros da própria comunidade. Os ministérios têm finalidades distintas, cobrindo diversas áreas da gestão das congregações, desde questões técnicas, como o “ministério administrativo”, que supervisiona o trabalho de contadores e secretariado, ou o celebre “ministério do louvor”, destinado aos músicos. Para além de suas finalidades práticas de autogestão, os ministérios são ferramentas de sociabilidade e integração entre os membros, criados para atender especificidades dos diferentes grupos demográficos que compõem as comunidades locais. Encontramos, assim, ministérios de “idosos”, ou “jovens”, ou ministérios “do esporte”, ou “de comunicação”. Conforme suas predisposições e interesses, os membros podem participar de um ou mais ministérios e contribuir assim para a criação de um forte sentimento de construção coletiva de um espaço comum. Em uma sociedade líquida neoliberal, onde a precarização das relações de trabalho e a violência do cotidiano urbano têm contribuído para o esgarçamento das nossas relações comunitárias¹³,

13 Segundo Zygmunt Bauman, “o tipo de incerteza, de obscuros medos e premonições em relação ao futuro que assombram os homens e mulheres no ambiente fluido e em perpétua transformação em que as regras do jogo mudam no meio da partida sem qualquer aviso ou padrão legível, não une os sofredores: antes os divide e os separa. (...) Em suma: foi-se a maioria dos pontos firmes e solidamente marcados de orientação que sugeriam uma situação social que era mais duradoura, mais segura e mais confiável do que o tempo de uma vida individual. (...) Esse e outros supostos semelhantes formavam, por assim dizer, o *fundamento epistemológico* da experiência de comunidade” (BAUMAN apud GASPAR, 2017, p. 103).

as igrejas evangélicas oferecem aos seus membros uma experiência vital de pertencimento e comunhão.

A centralidade do fortalecimento comunitário na estratégia evangélica é evidente, especialmente em templos com grandes congregações, que, com mil membros ou mais, não podem contar com a criação espontânea de vínculos entre seus fiéis. Para superar o impasse, estimulam a formação de “grupos pequenos”, formados por até seis casais com características semelhantes, que se reúnem periodicamente para orar, estudar, ou mais simplesmente conversar durante um jantar. Sobre esse aspecto, em sua reflexão sobre o crescimento pentecostal, Ricardo Mariano observa que dessa forma

criam as condições propícias para romper os ceticismos e barreiras do virtual adepto e, assim, possibilitar que ele se entregue a Jesus, mude de religião e permaneça na comunidade dos eleitos. (...) Daí a preocupação em recepcionar da melhor forma possível os recém-chegados que não possuem contato pessoal prévio com outros crentes, orientando-os e, em muitos casos, inserindo-os em grupos menores e mais íntimos, seja na própria igreja — caso dos grupos de adolescentes, jovens, solteiros, casados, senhoras, por exemplo —, seja em núcleos de fiéis que se reúnem na residência de um de seus membros. As igrejas dotadas majoritariamente de médios e grandes templos dependem fortemente desses grupos para discipular os recém-chegados e induzi-los a criar vínculos pessoais e afetivos com outros fiéis, laços associativos cruciais para motivá-los a permanecer no grupo religioso. (MARIANO, 1999, p. 77.)

A relevância dos métodos colaborativos e participativos nos mecanismos internos à igreja é tal que, segundo o pesquisador Marco Aurélio Fernandes Gaspar,

ao longo do tempo, a se manter tal dinâmica, uma *comunidade organizada* vai se formando em torno da igreja, consolidando diversos grupos de afinidade internos, que encontram nos espaços dos ensaios e do culto momentos privilegiados para *trocas simbólicas* (Bourdieu) entre si próprios e com os fiéis que frequentam o culto de domingo. A partir de um determinado momento, é evidente que a “organicidade” destes grupos passa a funcionar eficientemente, como uma ferramenta, e esta “organicidade” pode então ser utilizada para outros fins que não somente o de ensaiar. (GASPAR, 2010, p. 60.)

Para que essa estrutura relativamente auto-organizada funcione, grande ênfase é colocada na formação das lideranças leigas que administram grupos e ministérios e têm funções de mediação entre a vida pastoral e a comunidade, através de oficinas e workshops específicos em teologia¹⁴, para garantir a unidade ideológica da congregação, mas também em práticas pedagógicas, de mediação relacional e de gestão de equipes. Os processos de autoatualização e profissionalização¹⁵ das lideranças em formação mantêm as organizações evangélicas em constante movimento, assegurando longevidade e estabilidade às suas denominações. Notemos que, em muitos casos, iniciativas dessa natureza são promovidas por organizações privadas de orientação evangélica extradenominacionais, abertas a todos os interessados. Projetos como acampamentos para a juventude, campos de formação missionária para jovens adultos ou percursos teológicos de discipulado são momentos fundamentais para a construção de uma rede paraeclesiástica, que sustenta a articulação do *campo evangélico* como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando comentamos sobre esta pesquisa em conversas corriqueiras com familiares, amigas e colegas “profissionais da cultura”, pudemos notar como grande parte do mundo secular tem a tendência a olhar para o contexto evangélico com aparente curiosidade, porém sempre com um certo grau de condescendência, desconfiança ou preconceito — quando não com declarada hostilidade. Essa postura suspeitosa e, em certa medida, arrogante do sistema cultural levou os movimentos evangélicos, historicamente ensimesmados e notoriamente pouco abertos para o diálogo com “o mundo”, a crescerem em um universo paralelo, longe da atuação secular. Curioso notar que os anos de maior crescimento da população evangélica coincidiram com um período em que a área cultural floresceu no Brasil, com as gestões de Gilberto Gil (2003–2008) e Juca Ferreira (2008–2010) no Ministério da Cultura. Mesmo assim, para além da inclusão da

14 A Igreja Pentecostal da Bíblia, por exemplo, oferece cursos teológicos de “discipulado” para suas lideranças, com duração de dez anos e uma extensa bibliografia obrigatória, predominantemente cristã, “para formar o caráter, dar inteligência, sabedoria, conhecimento e entendimento” a seus membros. Informações extraídas de apostila *Discipulado que transforma*, do bispo Lázaro José Antonio, fornecida aos pesquisadores por Ronildo Queiroz.

15 No âmbito do louvor, por exemplo, destaca-se o programa “Buscando a excelência na adoração”, da Igreja Pentecostal da Bíblia, em que músicos, produtores e agentes do mundo da música se apresentam em três palestras temáticas para os grupos de louvor e interessados. Os encontros tinham frequência mensal, aos sábados, com duração de seis horas.

categoria “gospel” nas listas de gêneros e estilos — o que não passa de um mero reconhecimento de sua expressão econômica no mercado de consumo —, não houve uma real aproximação entre as instâncias culturais e o mundo evangélico. Pelo contrário, a deflagração da disputa simbólica entre movimentos progressistas e frente reacionária evangélica, em temas como sexualidade e identidade de gênero, por exemplo, exasperou o sentimento de antagonismo entre as duas realidades.

As inúmeras experiências internas de militância cultural de orientação progressista são sinais de que o campo evangélico não é homogêneo, apresentando espaço para uma maior interlocução com parte do mundo cultural secular. Se entendemos, como tentamos demonstrar, que certas igrejas evangélicas atuam como equipamentos culturais para uma parcela da população, com a proposta de produções intelectuais articuladas, nos parece um equívoco não buscar um diálogo com elas. Vivemos hoje os efeitos do alinhamento de propósitos entre instâncias reacionárias e antidemocráticas seculares com algumas denominações evangélicas fundamentalistas, que há décadas colaboram com evidente proveito. Diante do estado de emergência em que o setor cultural se encontra, é preciso que seja feito um esforço recíproco de aproximação entre entidades religiosas e seculares engajadas na preservação dos ideais democráticos e laicos da vida cultural. A possibilidade de diálogo construtivo entre o circuito cultural e as igrejas progressistas pode tornar-se um elemento crucial para o fortalecimento de ambos os movimentos, ao ampliar a rede de colaboração entre equipamentos e iniciativas culturais e fomentar as possibilidades de colaboração artística e intelectual.

Nesses últimos anos, enquanto a expansão das denominações e o crescimento em termos econômicos do mercado cultural gospel continuaram inexoráveis, as crises políticas que se sucederam a partir de 2013 enfraqueceram gravemente o sistema cultural, culminando na extinção do Ministério da Cultura em 2019, por decisão do governo Bolsonaro. O gradual colapso do investimento público no sistema cultural explicitou os limites de uma política assistencialista e não emancipatória para o circuito cultural nacional. Apesar da indiscutível importância do incentivo público às artes, a estratégia de fomento por editais e de incentivo privado à cultura gerou alguns efeitos colaterais evidentes, que têm reduzido sua eficácia ao longo dos anos, tornando muitos agentes culturais inteiramente dependentes do poder público para sua sobrevivência ou conferindo enorme poder às diretorias de marketing das empresas patrocinadoras, que impõem ao mercado cultural sua predileção fisiológica por eventos pontuais de grande porte, desmerecendo projetos de longo prazo e com pouca visibilidade midiática.

Por outro lado, as políticas públicas de incentivo à cultura possibilitaram o surgimento de uma constelação inédita de iniciativas culturais da sociedade civil por todo o território brasileiro. Esses projetos são, em sua grande maioria, auto-organizados e têm como mérito a dinamização do sistema cultural, na medida em que se constituem como um contraponto aos circuitos institucional e comercial, garantindo o constante tensionamento das estruturas de poder estabelecidas. Mesmo assim, por mais que alguns movimentos tenham conquistado espaço e estruturação, a maioria das iniciativas culturais ainda não tem articulação, nem estabilidade, para sobreviver em uma situação de ausência do poder público, especialmente diante da crise que se manifesta em decorrência da explosão pandêmica. No entanto, a comunidade cultural tem iniciado um processo de autoinvestigação, sugerindo abertamente a busca por novos caminhos e estruturas de relacionamento¹⁶ que possibilitem enfrentar com maior segurança as dificuldades que já vivemos. As considerações que vamos apresentar nos parágrafos seguintes pretendem contribuir para este debate, trazendo à luz, a partir da experiência evangélica, alguns aspectos que podem ampliar nosso horizonte de visão e ensejar a reflexão sobre estratégias possíveis para gestoras e gestores de centros culturais auto-organizados.

Para fazer um exercício analítico, podemos descrever a atuação das igrejas como uma operação de mediação, metódica e intencional, entre uma comunidade de indivíduos e um corpus de produção intelectual e cultural — no caso, a doutrina religiosa, a Palavra de Deus e suas interpretações e traduções teológicas. Na origem, tal corpus intelectual é conhecido apenas por *especialistas* (pastores, missionários, apóstolos etc.), fazendo-se necessária uma ação de *evangelização*, ou seja, de transmissão didática de seus conteúdos aos leigos. Daí o caráter *missionário* da vida evangélica, que fomenta nos fiéis o ímpeto de constantemente atrair para as igrejas novos integrantes potenciais. Ainda que a transmissão dos conteúdos no contexto religioso aconteça de forma doutrinária, o proselitismo reflete a convicção genuína que seus membros têm da validade das experiências vividas nas igrejas e torna-se uma ferramenta fundamental na estratégia de expansão comunitária evangélica. Se cada membro de cada igreja é um multiplicador ativo e consciente de sua comunidade, o processo de crescimento do movimento como um todo torna-se contínuo e

16 Entre diversas iniciativas, citamos por exemplo o projeto de mapeamento de espaços independentes CórTEX, encabeçado pela pesquisadora e produtora cultural Maira Endo <<https://cortex.art.br>>; ou o recente projeto Oceano, rede de debates entre centros culturais da cidade de São Paulo, promovido por Henrique Santos, gestor da Casa Goiaba na capital paulista, que reúne mensalmente mais de vinte espaços auto-organizados; ou a série de encontros Casas: espaços de produções culturais, organizada por Edson Martins Moraes no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP <<https://bit.ly/3dza4ts>>.

autoalimentado. Um, mais um, mais dois, mais quatro, potencialmente ao infinito. O protagonismo dos fiéis na ampliação de suas congregações permite que o crescimento exponencial do movimento aconteça de maneira orgânica, impulsionado pelo convencimento de que participar na vida da igreja é algo desejável para outras pessoas.

O trabalho de um centro cultural não é muito diferente: atua como agente mediador entre cultura e sociedade, transmite e cria conhecimento, proporcionando à população experiências estéticas e intelectuais, em muitos casos transformadoras¹⁷. Em contraposição ao *modus operandi* religioso, como sabemos dogmático e impositivo, a prática sociocultural, quando autêntica e consciente, promove o diálogo, amplia os horizontes de apreensão da realidade e desenvolve o olhar crítico dos indivíduos sobre si mesmos e sobre o mundo. Se considerarmos a cultura como direito inalienável do ser humano e elemento imprescindível para o pleno exercício da cidadania, entendemos o trabalho incansável de incentivo à participação popular na vida cultural como algo fundamental e necessário, essencial para o desenvolvimento da sociedade. Em tempos de ataques incessantes por parte de forças reacionárias e autoritárias, engajadas na luta para o controle do universo cultural brasileiro, é preciso que o cuidado para com a cultura e a vida cultural da sociedade não seja percebido como uma tarefa exclusiva dos trabalhadores da cultura, mas como uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade. Precisamos exortar nossos interlocutores ao testemunho, incentivar o engajamento coletivo na promoção da prática cultural na sociedade. Sob esta perspectiva, poderiam ser concebidos novos dispositivos relacionais que incentivem a emersão de mecanismos espontâneos de expansão comunitária. “Sejam bem-vindas, voltem sempre e tragam mais dez!”, cantam os fiéis de uma igreja paulista às novas chegadas, em uma demonstração de que bastam pequenas fórmulas criativas e estratégias narrativas para que o gatilho dispare.

Esse sentimento de pertencimento comunitário ao mundo evangélico, ainda que fortalecido pelo vínculo teológico-religioso, é o resultado em grande parte das estratégias de gestão de pessoas adotadas pelas igrejas, que, como vimos, estimulam a participação direta de seus membros na manutenção de suas congregações, além de propor atividades de engajamento intelectual individual e coletivo, como as Escolas Dominicanais e os grupos autônomos de leitura. A partir da experiência evangélica, poderíamos repensar as prioridades estratégicas dos centros culturais, para que cultivem mais a *qualidade* de suas relações com o público, do que a

17 Victor Ventosa escreve: “a animação sociocultural possibilita o exercício da ‘cidadania geradora de intersubjetividade’, aspira ao consenso e ao acordo, vislumbra uma utopia democrática” (VENTOSA, 2016, p. 6).

quantidade. Alcançar talvez menos pessoas, mas estabelecer com elas relações duradouras e potencialmente transformadoras. Neste sentido, podemos olhar para as práticas colaborativas e participativas promovidas pelas igrejas e observar, por exemplo, o caso dos ministérios, que como vimos são compostos por grupos de fiéis e geridos autonomamente, criados para atender as demandas específicas da gestão da igreja. A ação dos grupos ministeriais tem dois efeitos: 1) delega parte das tarefas gerenciais para as comunidades, aliviando o trabalho da “direção executiva”; e 2) gera nos membros um sentimento de responsabilidade e cuidado para com sua igreja. A igreja existe e cresce graças a seus membros. A adoção de práticas similares por parte dos centros culturais em seus modelos de gestão, como a criação de núcleos de trabalho abertos para a participação de seus frequentadores, nos parece uma estratégia possível para potencializar o vínculo entre equipamento cultural e comunidade, permitindo a percepção de que tais espaços não pertencem apenas a seus gestores, mas a toda a sociedade, tornando sua manutenção uma tarefa comunitária.

Com isso, precisamos transformar o papel que atribuímos às pessoas que frequentam nossos centros culturais e que costumamos chamar de “público”. Vimos que as igrejas não têm públicos, mas comunidades — por sinal, comunidades ativas e engajadas na manutenção e na expansão de seu movimento. Precisamos operar um deslocamento na percepção que os centros culturais seculares têm sobre seus interlocutores, superando o conceito corrente de público como uma entidade determinada e isolada no sistema cultural, que se costuma supor dividido entre quem produz cultura e quem a consome. Daí a necessidade de destacar, além dos aspectos de difusão e produção cultural, a centralidade das operações de mediação que os centros culturais realizam entre cultura e a sociedade, agindo de maneira transformadora sobre seus interlocutores. Se acreditamos, como acreditamos, no poder emancipatório da experiência artística e cultural para os indivíduos, é importante que os espaços dedicados à fruição de bens culturais levem em máxima consideração os modos e as estratégias de mediação que operam, para que sua atuação seja potencializada, tornando-se para todos os efeitos centros *socioculturais*.

Por fim, deixando de olhar para nossos espaços individualmente e pensando no futuro coletivo do sistema cultural auto-organizado, não podemos deixar de indicar a articulação consciente entre os centros culturais como imprescindível para nossa sobrevivência. Parece-nos evidente que a atuação coordenada em rede entre as igrejas é um fator determinante no fortalecimento do movimento como um todo, por oferecer uma estrutura de apoio sólida, porém flexível para cada unidade. Em tempos recentes, no mundo cultural, observamos o surgimento de diversos núcleos

espontâneos de colaboração entre iniciativas diferentes, impulsionado pela emergência sanitária provocada pela pandemia de Covid-19. O vazio deixado pela negligência do poder público foi em muitos casos preenchido espontaneamente pela sociedade civil, frequentemente sob a liderança de centros culturais¹⁸ — e, claro, de igrejas. Ao mesmo tempo, formaram-se grupos de discussão entre gestores culturais, para pensar novos modelos de manutenção, possíveis ações conjuntas e para a formulação de projetos de pressão política, como o Projeto de Lei nº 1.075/2020¹⁹. Este movimento positivo de união e diálogo precisa ser mantido e fortalecido, mas deve ser coordenado e criar consciência de seus objetivos. A finalidade dessa aproximação entre os centros culturais auto-organizados deve ir além da luta pela sobrevivência neste período de crise e tornar-se uma oportunidade para que se estabeleçam processos de longo prazo de transformação.

Em respeito às especificidades e à autonomia de cada iniciativa cultural, seria importante discutir a criação de uma superestrutura eficiente, uma coalizão do circuito cultural auto-organizado, que possibilite a formação de novos equilíbrios para o sistema. Olhando para as estruturas das denominações evangélicas, podemos imaginar então uma organização que reúna um grande número de centros culturais autônomos, disseminados pelo território, cada qual com seu público, sua comunidade, sua programação e suas diretrizes de atuação próprias. Para um melhor funcionamento dessa hipotética organização, os centros afiliados poderiam ser divididos em distritos, com conselhos de representantes que se reunissem regularmente para discutir questões administrativas, possibilidades de ações coordenadas e eventuais resoluções de problemas. Em nível superior, cada distrito teria sua representação em um colegiado central, onde debater as principais dificuldades e projetos de maior porte. Em uma organização imaginária com tais características, um centro cultural que tivesse dificuldades financeiras no Distrito 1, quem sabe situado em uma região de grande vulnerabilidade social, poderia ser apoiado pela inteira congregação de centros, desfrutando dos recursos recolhidos em centros culturais de outros distritos com melhores condições. É evidente que estamos tratando de exemplos puramente especulativos, mas acreditamos que esse exercício de imaginação possa estimular o debate para a formulação de uma aliança autônoma, que seja interterritorial, inclusiva, solidária, horizontal e organizada; tarefa urgente e apropriada para os centros culturais auto-organizados da sociedade civil.

18 A título de exemplo, citamos as iniciativas emergenciais promovidas pela Casa do Povo, sediada no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, em articulação com a Cia Mungunzá – Teatro de Conteiners, Faroeste, entre outros. (ver CASA DO POVO, s.d.).

19 Elaborado pela Frente Parlamentar de Cultura, em colaboração com os articuladores políticos dos movimentos culturais, propunha medidas de apoio emergencial ao setor da cultura. Foi transformada na Lei Ordinária nº 4.017/2020 (BRASIL, 2020).

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gustavo de. “Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, pp. 173-96, set.-dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3fTbiBp>>.
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “*Pelo Senhor, marchamos*”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964–1985). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2NpL7Gz>>.
- ANJOS, Fellipe dos. “A maldição da imagem: progressista como branding, fundamentalista como alma”. *Novos Diálogos*, 27 jan. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/31guLbp>>.
- _____. *O que é Ibab Cidade* (vídeo). Site da Igreja Batista de Água Branca (Ibab). Disponível em: <<https://ibab.com.br/ibabcidade/>>.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. “Companhia teatral cristã defendida por aliado de Bolsonaro vê preconceito”. *Folha de S.Paulo*, “Ilustrada”, São Paulo, 21. out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Z2ZQwk>>.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Amor líquido*: sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado*: elementos para uma sociologia da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Org. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRASIL – Presidência da República. *Lei nº 6.015*, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, 31 dez. 1973. Disponível em: <<https://bit.ly/3eBh0aX>>.
- _____. *Lei nº 10.825*, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Brasília: *Diário Oficial da União*, 23 dez. 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/3hWkneF>>.
- BRASIL – Poder Legislativo. *Projeto de Lei nº 1.075/2020*. Transformado na Lei Ordinária 14.017/2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural.... Brasília: Câmara dos Deputados, 26 mar. 2020. Disponível em <<https://bit.ly/3ezKSnZ>>.
- BRUM, Eliane. *Brasil, construtor de ruínas*: um olhar sobre o Brasil, de Lula a

- Bolsonaro. Porto Alegre: Arquipélago, 2019.
- BYUNG-CHUL, Han. *A salvação do belo*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- _____. *Psicopolítica*: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.
- _____. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- CASA DO POVO. “Rede de voluntariado: frentes de ação COVID-19”. [S.d.] Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/frentes-de-acao>>.
- CAVALCANTI, Bruno. “Ao acusar preconceito, Cia. Nissi ignora inconstitucionalidade da evangelização no espaço público”. *Observatório do Teatro*, São Paulo, 21 out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Yzrxhv>>.
- CORREIA, Mariama. “Religiosos progressistas rompem o silêncio e articulam frente em defesa do Estado laico”. *Opera Mundi*: Diálogos do Sul – Brasil, 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2CtE6SD>>.
- CÓRTEX. “Projeto CórTEX”. Disponível em: <<https://cortex.art.br>>.
- CPF – Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. “Casas: espaços de produções culturais” (divulgação de palestras). CPF, Gestão Cultural – Espaços Alternativos, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/3dza4ts>>.
- CULTURA nas capitais <<https://bit.ly/2NvEh25>>.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel*: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- _____. “A influência da ideologia neoliberal na religiosidade evangélica”. *Caminhando*, São Paulo, v. 7, n. 2, pp. 9-30, jul.-dez. 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/3dv5b4O>>.
- _____. “Hegemonia pentecostal no Brasil”. *Cult*, São Paulo, n. 252, “Dossiê Fé e Política” (org. Frei Beto), dez. 2019, pp. 24-7.
- DAVIS, Mike. “Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal”. In SADER, Emir (org.). *Contragolpes*: seleção de artigos da “New Left Review”. São Paulo: Boitempo, 2006, pp. 191-218.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- FANTINI, Débora. “Igreja evangélica é berço de músicos eruditos”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, “Ilustrada”, 9 jul. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/381BsiH>>.
- GASPAR, Marco Aurélio Fernandes. *A falta que faz a mística*: elementos para a retomada do trabalho de base nos movimentos populares. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/37ZvEGl>>.
- _____. “Psicoterapia popular do espírito santo”. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 29, 2017.

- FIGUEIREDO, Patrícia. Marcha Para Jesus em São Paulo reuniu 4,5 mil caravanas. *G1*, São Paulo, 21 jun. 2019 10h08 <<https://glo.bo/31knmrp>>.
- FLIGSP – Fórum do Litoral, Interior e Grande São Paulo – FLIGSP: <<https://fligsp.org/ligsp/oque>>.
- FREIRE, Paulo (1968). *Pedagogia do oprimido*. 15ª edição. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.
- GABATZ, Celso. Manifestações religiosas contemporâneas: os desafios e as implicações da teologia da prosperidade no Brasil. *Semina*, v. 12, n. 1, Passo Fundo, 2013 <<https://bit.ly/3eHR9yl>>.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *As culturas populares no capitalismo*. Trad. Claudio N. P. Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GROGER, Renato; FOLLIS, Rodrigo (org.). *Santo ao Senhor*: estudos escolhidos sobre o dízimo. São Paulo: Unaspres, 2013.
- GUSTAVO, Túlio. “Como eu descobri o plano de dominação evangélico – e larguei a igreja”. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 1 fev. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2A1CXRB>>.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- IBAB – Igreja Batista de Água Branca. <<https://www.facebook.com/oficialibab>>.
- IGREJA Pastoral da Bíblia. “Cuidando da Família Pastoral”. Disponível em: <<https://pentecostaldabiblia.com.br/>>.
- ILHA, Flavio. Artigo sem título com a nota “O título desta matéria foi removido por determinação judicial”. *Extra Classe*, Farroupilha, 11 jun. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3dtsJHm>>.
- JN – Jornal Nacional, 29 jun. 2012. Disponível em: <<https://glo.bo/2BauqMv>>.
- JOVENS da Verdade. Disponível em: <<https://www.jovensdaverdade.com.br>>
- KAPLAN, Allan. *Artistas do invisível*. São Paulo: Peirópolis / Instituto Fonte para o Desenvolvimento, 2005.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LOPEZ, Felix Garcia (org.). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <bit.ly/3dw831k>.
- MAGALDI FILHO, Waldemar. *Dinheiro, saúde e sagrado*. São Paulo: Eleva Cultural, 2009.
- MARIANO, Ricardo. “Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos”. *Rever –Revista de Estudos da Religião*, ano 8, n. 4, dez. 2008, pp. 68-95. Disponível em: <<https://bit.ly/31k3ZyK>>.
- _____. *Neopentecostais*: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.
- MEDEIROS, Frederico Batista dos Santos. “Imunidade tributária dos templos de qualquer culto: contornos e abrangência”. *Portal Âmbito Jurídico*, 1 fev. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2YvTDKr>>.
- MONDRAGÓN, Carlos. “Valores de la democracia. La herencia religiosa”. In

- _____ ; CERUTTI, H. (org.). *Nuevas interpretaciones de la democracia en América Latina*. México: Práxis/UNAM, 1999, pp. 143-69.
- MORIN, Edgar. *O método 5: humanidade da humanidade*. Porto Alegre, Sulina, 2005.
- MOSÉ, Viviane. *Nietzsche hoje: sobre os desafios da vida contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- PERIFERIA em Movimento. Disponível em: <<https://periferiaemmovimento.com.br>>.
- PROSAS – Entre para a conversa. “Empreendedores”. Disponível em: <<https://prosas.com.br/empreendedores>>.
- QUEIROZ, Christina. “Estratégia corporativa”. *Pesquisa Fapesp*, n. 286, dez. 2019, pp. 20-1. Disponível em: <<https://bit.ly/2B5ht6O>>.
- RUSCHEL, René. “Os pastores progressistas dispostos a discutir tabus”. *Carta Capital*, 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2CtEi4j>>.
- SADER, Emir (org.). *Contragolpes: seleção de artigos da “New Left Review”*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SÃO PAULO (Cidade) – Câmara Municipal. *Lei nº 16.496/16*, de 20 de julho de 2016. Institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo. São Paulo: *Diário Oficial da Cidade*, 21 jul. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3i0ZSxC>>.
- SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- SOARES, Inês Virgínia Prado; CUREAU, Sandra. *Bens culturais e direitos humanos*. São Paulo: Edições Sesc, 2015.
- STADAUER, Eduardo Paulo. *O dízimo como prática comunitária e solidária: uma leitura histórico-crítica de Deuteronomio 14, 22-19*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3dA6Plv>>.
- VENTOSA, Victor J. *Didática da participação: teoria, método e prática*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.